

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) WAGNER FERNANDES DIAS

O CRIME A SERVIÇO DA IDEOLOGIA:

o caso das FARC.

Rio de Janeiro

2019

CC (FN) WAGNER FERNANDES DIAS

O CRIME A SERVIÇO DA IDEOLOGIA:

o caso das FARC.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (RM1) Ohara Barbosa Nagashima

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2019

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Beatriz, pelo sacrifício, apoio e dedicação que me permitiram realizar este trabalho.

Aos meus filhos Matheus, Lucas e Davi, pela compreensão que tiveram na minha ausência e pela motivação que o seu carinho me deu.

Ao CF (RM1) Nagashima, pelo apoio, pelas orientações e pela disponibilidade.

RESUMO

Na história da humanidade, existiram muitos movimentos insurgentes. Porém, o crescimento desse tipo de movimento foi marcante após a 2ª Guerra Mundial. Esse fenômeno despertou o interesse dos estudiosos militares, a fim de explicar o motivo de tropas regulares, muito bem treinadas e equipadas, às vezes serem derrotadas por grupos bem menores e com uma estrutura totalmente não convencional, sendo o conflito da Colômbia com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) um excelente exemplo. O mais interessante é entender como as FARC conseguiram se financiar durante anos sem um apoio externo e o porquê do envolvimento desse movimento com o narcotráfico. Assim, usando a teoria de David Galula, tentamos analisar os fatos ocorridos com as FARC, a fim de verificar se o motivo da ligação das FARC foi financeiro ou puramente ideológico. Observamos que apesar das FARC terem se relacionado completamente com o narcotráfico, a razão foi buscar recursos financeiros para conseguir executar o seu plano ideológico. Porém, verificamos que as FARC sempre adotaram procedimentos para evitar a criminalização do movimento e neutralizar divergências internas devido ao dinheiro, pois a supremacia da ideologia deveria ficar sempre como o seu principal objetivo.

Palavras-chave: Movimento Insurgente. Contrainsurgência. Galula. Teoria. FARC. Colômbia. Narcotráfico.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	TEORIA DE CONTRAINSURGÊNCIA DE GALULA	7
2.1	A VIDA DE DAVID GALULA	7
2.2	AS QUATRO LEIS	10
2.3	AS FASES DAS OPERAÇÕES	12
2.4	CONCLUSÕES PARCIAIS	16
3	FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DA COLÔMBIA	18
3.1	DESENVOLVIMENTO DAS FARC	18
3.2	PLANO COLÔMBIA E AS MUDANÇAS NAS FARC	29
3.3	O ENVOLVIMENTO DAS FARC COM O NARCOTRÁFICO	36
3.4	CONCLUSÕES PARCIAIS	39
4	A REALIDADE DAS FARC E A TEORIA DE GALULA	41
4.1	AS QUATRO LEIS DE GALULA X CONFLITO COM AS FARC	41
4.2	AS FASES DAS OPERAÇÕES X CONFLITO COM AS FARC	43
4.3	CONCLUSÕES PARCIAIS	44
5	CONCLUSÃO	46
	REFERÊNCIAS	50
	ANEXO A - MAPA DA COLÔMBIA COM DEPARTAMENTOS	51
	ANEXO B - LOCALIZAÇÃO DOS BLOCOS DAS FARC EM 2013	52

1 INTRODUÇÃO

Na história da Colômbia, o Estado passou por múltiplos cenários que criaram um caráter especial no seu modo de vida, gerando um conflito interno que existe há décadas. O principal ator desse problema interno são as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), sendo um movimento insurgente¹, apoiado intelectualmente pela ideologia comunista da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS), que nasceu devido à situação socioeconômica do país em regiões que ficaram esquecidas pelo governo. Uma situação que chama a atenção foi como as FARC se mantiveram ativas durante anos lutando contra o Estado, em busca do poder. Além disso, esse movimento se envolveu com vários atos criminosos, como o narcotráfico, a fim de conseguir recursos financeiros para manter sua luta ideológica pelo controle da Colômbia, ou seja, o crime estava a serviço da sua ideologia.

Dessa forma, nos parece viável realizar essa pesquisa, baseada no modelo teórico de David Galula, do livro “A Guerra de Contrainsurgência”, para fazer um confronto entre a abordagem adotada por esse teórico e a realidade ocorrida com as FARC. Nessa abordagem, analisaremos a importância que o teórico apresenta sobre a necessidade do apoio da população e de recursos financeiros para manter os movimentos insurgentes, assim como vamos verificar se o referido modelo teórico para as operações contrainsurgentes foram eficazes para combater as FARC. Buscaremos analisar a ligação entre o narcotráfico e o movimento insurgente supracitado, a fim de que, no final desta pesquisa, consigamos responder a seguinte questão: o envolvimento das FARC com o narcotráfico foi por motivos financeiros ou ideológicos? Respondendo essa pergunta, conseguiremos validar a teoria para a pesquisa e observar se essa ligação teria chance de se repetir em novos

¹ Apesar de os autores das referências bibliográficas utilizarem sazonalmente o termo insurgente e guerrilheiro, classificaremos o movimento das FARC como insurgente, pois entendemos que é mais apropriado devido às suas características e usaremos a palavra guerrilheiro para descrever as técnicas de combate utilizadas pelas FARC algumas vezes.

movimentos. E, a partir do conhecimento absorvido sobre as características desse movimento e o que fez durar tanto tempo, poderemos auxiliar a Marinha do Brasil em situações semelhantes.

Apresentaremos essa pesquisa em três capítulos de desenvolvimento. No primeiro capítulo apresentaremos alguns conceitos sobre os movimentos insurgentes e sobre as operações de contrainsurgência, bem como realizaremos um breve histórico sobre a vida de David Galula, a fim de verificar toda experiência no combate contra a insurgência e o contexto de suas reflexões. Ressaltaremos a importância do apoio da população ao movimento que, muitas vezes, possibilita a captação de recursos financeiros para manter a insurgência ativa.

Em um segundo capítulo estudaremos as FARC desde sua criação até o ano de 2014, onde iremos identificar como conseguiram obter sucesso e se desenvolver de forma tão expressiva. Além disso, analisaremos as dificuldades encontradas pelo Plano Colômbia, que foi uma política implementada pelo governo, a fim de diminuir o poder das FARC, bem como combater o narcotráfico no país. Ainda no capítulo, mostraremos a evolução do envolvimento das FARC com o narcotráfico e se ele foi importante para a sua expansão como movimento insurgente.

No terceiro capítulo realizaremos um confronto entre a teoria defendida por David Galula e a realidade histórica das FARC, no que se refere ao seu envolvimento com o narcotráfico e se essa ligação foi por motivos ideológicos ou financeiros.

Finalmente, apresentaremos as conclusões, mostrando a importância em conhecer e identificar os motivos do envolvimento das FARC com o tráfico de drogas, a fim de favorecer futuras e eventuais missões da Marinha do Brasil. Assim, passaremos, a seguir, a estudar o modelo teórico de David Galula sobre o combate aos movimentos insurgentes.

2 TEORIA DE CONTRAINSURGÊNCIA DE GALULA

A epidemia das insurgências desde a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) tem estimulado, como é previsível, os estudos do assunto. No entanto, tais trabalhos escritos por Mao Tsé-Tung (1893-1976)², Che Guevara (1928-1967)³ e outros, foram descritos sob o ponto de vista do insurgente. Mas as teorias abordando o aspecto da contrainsurgência é muito pobre, destacando-se as reflexões de David Galula.

Assim, neste capítulo iremos explorar os conceitos de contrainsurgência, principalmente de acordo com os pensamentos de Galula, abordando as principais características da Guerra Irregular. Esta pesquisa é importante para destacarmos, teoricamente, as soluções adotadas pelos insurgentes, quando alguns apoios são interrompidos ou inexistem, para superarem as dificuldades e continuarem sua oposição armada contra o Estado. Veremos a seguir um histórico sobre o teórico escolhido e apresentar brevemente sua contribuição à contrainsurgência.

No item 2.1 iremos observar como foi a vida de Galula, a fim de verificar o contexto de seu embasamento teórico e, posteriormente, nos itens 2.2 e 2.3 analisaremos os conceitos das quatro leis e fases, respectivamente, estabelecidas para conduzir uma boa campanha contrainsurgente.

2.1 A VIDA DE DAVID GALULA

David Galula nasceu em 10 de janeiro de 1919 em Sfax⁴ (Tunísia, localizada no norte da África), dentro de um clã judeu tradicionalmente dedicado ao comércio, mas seu pai

² Mao Tsé-Tung foi um líder comunista e revolucionário que liderou a Revolução Chinesa, sendo fundador da República Popular da China. Sua teoria e estratégia militar é conhecida como maoísmo.

³ Ernesto Guevara, conhecido como Che Guevara, foi um guerrilheiro argentino, sendo um dos ideólogos e líderes da Revolução Cubana (1953-1959), que levou a um novo regime político em Cuba.

⁴ Sfax é uma cidade portuária da Tunísia fundada em 849 a. c. A cidade se encontra ao sul do país, a 270 km da capital Túnis.

obteve a cidadania francesa para toda família em 1924. O jovem Galula decidiu seguir uma carreira militar e em 1939 entrou para a Academia Militar de Saint-Cyr⁵. Sua carreira militar foi abruptamente interrompida em 1941 pela legislação antissemítica do regime de Vichy⁶, que expulsou os judeus do serviço em qualquer ramo do Estado (MARLOWE, 2011).

Ele retornou ao norte da África e, em 1943, se juntou às forças da França Livre. Lutou na Itália, França e Alemanha. Depois da guerra, Galula foi assistente do adido militar francês na China, onde observou de perto a aplicação dos princípios maoístas⁷. Ele deixou a China no final de 1948 e foi nomeado observador da Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs, o que lhe permitiu testemunhar o colapso da insurgência comunista na Guerra Civil Grega (1946-1949). Em 1951 foi nomeado adido militar em Hong Kong, o que lhe permitiu estudar simultaneamente insurgências e contrainsurgência na Indochina, na Malásia e nas Filipinas (MARLOWE, 2011).

Galula voltou de Hong Kong em 1956, quando o exército francês já estava imerso na Guerra da Argélia (1954-1962). Em agosto, ele assumiu o comando de uma companhia de infantaria posicionada no norte da Argélia. Em seu novo destino, Galula aplicou suas ideias e, provando sua eficiência, tentou difundir-las ao resto do exército francês, pois considerava que sem sistematizar métodos efetivos em uma única doutrina só seria possível pacificar áreas isoladas (MARLOWE, 2011).

Em 1958, foi designado para o Estado-Maior das Forças Armadas Francesas em Paris para trabalhar nas áreas de contrainsurgência e inteligência militar. Ao mesmo tempo, no âmbito da OTAN, deu palestras sobre contrainsurgência para oficiais estrangeiros. Seu trabalho não passou despercebido para a comunidade intelectual militar dos Estados Unidos da América (EUA), que, em seguida, mostrava interesse sobre contrainsurgência. Ele foi

⁵ Academia Militar de Saint-Cyr é a principal instituição de ensino militar francesa. É uma escola de ensino superior que forma oficiais do Exército e uma parte dos oficiais da *Gendarmerie* (cumpre as funções de polícia).

⁶ Regime de Vichy é o nome que informalmente se conhece o regime político instaurado pelo mariscal Philippe Pétain em parte do território francês e na totalidade de suas colônias, depois da assinatura do armistício com a Alemanha nazista no marco da Segunda Guerra Mundial, subsistindo até agosto de 1944.

⁷ Teoria Maoístas é uma corrente do comunismo baseada nos ensinamentos de Mao Tsé-Tung.

convidado para escrever sobre sua experiência na Argélia. O resultado foi uma obra intitulada “Pacificação na Argélia”, publicada em 1963 (MARLOWE, 2011).

Depois de sair do Exército, Galula mudou-se para os EUA, onde obteve uma posição de pesquisa no Centro de Assuntos Internacionais da Universidade de Harvard. Lá ele escreveu “Guerra de Contrainsurgência: Teoria e Prática”, trabalho baseado nos movimentos ocorridos na Ásia, a fim de derrotar os insurgentes comunistas inspirados pelas teorias de Mao Tsé-Tung. Esse estudo teórico lhe deu fama póstuma, embora não tenha despertado interesse especial na época (MARLOWE, 2011).

As teorias desenvolvidas por David Galula, se transformaram na base da doutrina dos EUA de contrainsurgência, sendo materializado no manual FM 3-24 Contrainsurgency, 2006⁸, que foi muito utilizado pelos estadunidenses para combater os insurgentes no Iraque, obtendo enormes êxitos (MARLOWE, 2011).

David Galula, um oficial francês cujo livro sobre contrainsurgência passou relativamente despercebido mesmo em sua época, mas talvez tenha sido o que mais influenciou na preparação do manual FM 3-24. Galula fornece uma metodologia de contrainsurgência em sua obra, que se equiparava metaforicamente a uma bússola com a qual era possível se orientar no intrincado território de um conflito insurgente. Assim, nos permite utilizar essa teoria como base para a nossa pesquisa. Mas é importante ressaltar que a época vivida por Galula é muito diferente do mundo atual, onde existem outras relações entre os seres humanos e outras formas de obter recursos financeiros, como por exemplo, podemos citar o surgimento do tráfico de drogas, que gera enormes volumes financeiros para organizações criminosas. Dessa forma, observaremos a seguir vários conceitos dessa doutrina, a fim de entender melhor sobre o assunto.

⁸ FM 3-24 Contrainsurgency, é o manual dos Estados Unidos da América que estabelece as operações militares em um ambiente de contrainsurgência.

2.2 AS QUATRO LEIS

Quanto às ideias fundamentais da obra “Guerra de Contrainsurgência”, podemos dizer que a ideia principal é que o apoio da população seria obtido por meio de uma minoria ativa. A contrainsurgência, portanto, deve encontrar a minoria que está a seu favor e organizá-la para mobilizar a população contra a minoria insurgente. Além disso, é importante ressaltar que esse tipo de movimento também precisa de um apoio externo para fornecer recursos para ele se manter no conflito. A contribuição original de Galula é que, usando os termos de sua própria metáfora, construir uma bússola para os contrainsurgentes, ou seja, articula em uma metodologia os passos ou fases a seguir para derrotar uma insurgência (GALULA, 1964). Ele não era um doutrinário e era plenamente consciente da complexidade dos conflitos bélicos. Podemos confirmar isso em suas próprias palavras:

A guerra não é um jogo de xadrez, mas um vasto fenômeno social com um número infinitamente maior e crescente de variáveis, algumas das quais eludem a análise. Quem pode negar a importância da sorte na guerra, por exemplo, e quem pode calcular antecipadamente o destino? (GALULA, 1964, p.XI. Tradução nossa)⁹.

Galula descreve que cada insurgência possui características peculiares e o contrainsurgente deve adaptar os seus conceitos a elas. Ele considera o apoio da população extremamente essencial para derrotar uma insurgência. Estabelece quatro leis para conduzir uma campanha de contrainsurgência, a saber:

- O apoio da população é essencial tanto para o contrainsurgente como para o insurgente;
- O apoio é obtido através de uma minoria ativa;
- O apoio da população é condicional; e
- A intensidade da iniciativa e magnitude dos recursos são essenciais (GALULA, 1964).

⁹ No original: War is not a chess game but a vast social phenomenon with an infinitely greater and ever-expanding number of variables, some of which elude analysis. Who can deny the importance of luck in war, for instance, and who can assess luck in advance? (GALULA, 1964, Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice).

O ponto crucial da contrainsurgência não é erradicar os insurgentes de uma área, já que a contrainsurgência pode sempre concentrar força de combate suficiente para forçar o insurgente a recuar. O desafio é que, uma vez terminada a concentração da força, o insurgente retorne, a menos que a contrainsurgência possa ganhar o apoio da população. Portanto, a contrainsurgência luta para obter tal apoio contra o insurgente. Nesta luta, o insurgente possui vantagem, pois sua organização está baseada nas raízes mais profundas do povo (GALULA, 1964).

O desafio para a contrainsurgência é como conquistar o apoio da população, pois a mesma não deve buscar apenas o apoio moral ou passivo, mas o apoio ativo na luta contra os insurgentes. Galula argumenta que esse apoio vem de um dogma básico na governança política: em qualquer situação, seja qual for a causa, haverá uma minoria ativa em favor da causa, uma maioria neutra e uma minoria ativa contra ela. Assim, a fim de obter apoio para a sua causa, as partes devem depender da minoria favorável para aderir à maioria neutra e neutralizar ou eliminar a minoria hostil. Essa parcela, que apoia a insurgência, fornece o suporte necessário para os insurgentes, incluindo meios para captação de recursos financeiros para manter-se lutando pelos seus ideais (GALULA, 1964).

A contrainsurgência que se recusa a observar e seguir sua segunda lei (o apoio é conquistado por meio de uma minoria ativa) e se sente obrigada pelas limitações no tempo da paz, prolongará a guerra e nem chegará perto da vitória (GALULA, 1964).

Uma minoria hostil contra o insurgente não aparece até que a ameaça seja razoavelmente reduzida. Mesmo que tal minoria apareça, não pode se juntar ao resto da população, a menos que eles estejam convencidos de que a contrainsurgência tenha a vontade, os recursos e a capacidade de vencer. Além disso, as reformas políticas, econômicas e sociais são impossíveis de alcançar enquanto o insurgente controlar a população (GALULA, 1964).

As operações necessárias para tranquilizar a população da ameaça insurgente devem ser intensivas em natureza e prolongadas. Não se pode enfraquecer o esforço da contrainsurgência em todo o país, sendo necessário colocá-lo em prática área por área

(GALULA, 1964).

Dessa forma, conquistar o apoio da população é essencial para a contrainsurgência. Assim, ganhar a confiança da população local é tão importante para os contrainsurgentes quanto para os insurgentes. Além disso, é fundamental existir recursos suficientes à disposição para conseguir cessar a ameaça para a população, a fim de obter o seu apoio. A confiança do povo local só é obtida quando aqueles contra os insurgentes se juntem à causa dos contrainsurgentes. Isso somente será obtido quando houver segurança, que levará a população a apoiar, ao observar que existe a vontade, os meios e a capacidade de vencer.

Observaremos a seguir as fases estabelecidas por Galula, que podem ser utilizadas para a condução de operação contrainsurgente.

2.3 AS FASES DAS OPERAÇÕES

David Galula em sua principal obra estabeleceu algumas fases ou etapas que deveriam ser implementadas durante as operações contra os insurgentes, a fim de alcançar o objetivo definido, mas deveria ser adaptado a cada tipo de conflito. A seguir veremos um breve detalhamento desses conceitos.

A primeira fase é a destruição ou expulsão das forças insurgentes, onde é necessário concentrar na região escolhida tropas suficientes para limpá-la de insurgentes até que sobrem apenas pequenos grupos que, supostamente, sejam ameaça militar reduzida. As operações serão realizadas na tentativa de limitar os danos à população local, compensando-a o máximo possível e, se necessário, punindo severa e publicamente quem infringir as determinações de maneira injustificada ou desproporcional (GALULA, 1964).

A segunda fase é o posicionamento das unidades estáticas, onde elas devem ser implantadas no local que a população realmente vive e não em posições consideradas de valor militar. Uma unidade militar pode ficar toda a guerra em supostas posições estratégicas sem contribuir em nada para a derrota do insurgente. Isso não significa que instalações de valor

não devem ser protegidas, mas as forças de contrainsurgência não devem ser desperdiçadas em posições tradicionalmente dominantes, porque na guerra revolucionária esses locais normalmente não são importantes (GALULA, 1964).

O posicionamento não deve aderir a um padrão fixo. Inicialmente, as tropas estáticas serão estabelecidas nos centros populacionais mais importantes, mas à medida que a ação contrainsurgente avança e há mais segurança, as unidades serão cada vez mais ampliadas em destacamentos progressivamente menores. As unidades estáticas devem ter efetivo suficiente para prevenir que os insurgentes regressem, realizando constantes patrulhas, emboscadas e operações de pequena escala, na medida em que estes não prejudiquem a sua missão primária, que é ganhar o apoio da população (GALULA, 1964).

A terceira fase é o contato com a população e controle da mesma, onde deve-se restabelecer a autoridade sobre a população e controlar seus movimentos para isolá-la fisicamente dos insurgentes o máximo possível. Algumas das medidas que podem ser aplicadas a isso são, por exemplo, a elaboração de um censo detalhado e a exigência de licenças para ausências prolongadas (mais de 24 horas) do local de residência e para receber forasteiros (a menos que haja uma razão). Entretanto, exceto quando exista um motivo especial para negar a permissão, ela sempre concedida, mas sua mera existência pode ser obstáculo ao contato entre população e insurgentes. O contrainsurgente deve sempre ser capaz de impor suas ordens e impor uma punição (nunca desproporcional) quando alguém viola uma das novas normas. Caso contrário, tais medidas podem ser contraproducentes (GALULA, 1964).

Simultaneamente, o contrainsurgente deve estabelecer sua rede de inteligência. Multiplicar as oportunidades diárias de contato individual (por exemplo, realizar um procedimento burocrático em um posto militar) pode ser uma boa maneira de obter informações de um local sem levantar suspeitas do insurgente. Por outro lado, uma vez que uma unidade tenha se familiarizado com a população e suas atividades, e tenha estabelecido uma malha efetiva para controlá-la, qualquer comportamento anômalo pode ser detectado

mais facilmente (GALULA, 1964).

O insurgente não permanecerá passivo e tentará manter seu controle sobre a população com ameaças que o desencorajam de cooperar com o contrainsurgente. Isso não terá sucesso se a população não estiver, e não se sentir protegida contra o insurgente. Assim, existe a necessidade de atividade militar constante. Acima de tudo, ele deve evitar a situação clássica em que ele governa durante o dia e seu adversário, durante a noite (GALULA, 1964).

A quarta fase é a destruição da organização política local da insurgência, onde os grupos ou agentes políticos instalados em cada local são o instrumento pelo qual a insurgência exerce o controle diário da população. O sucesso da contrainsurgência em um lugar é inviável, desde que esses grupos insurgentes não sejam eliminados ou sejam forçados a fugir para evitar a captura (GALULA, 1964).

A neutralização das células políticas insurgentes é essencialmente uma operação policial e deve ser executado pelas forças policiais, cuja identidade deve ser claramente diferente daquela do pessoal dedicado a conquistar o apoio da população. No entanto, a neutralização deve ser dirigida em sua totalidade pelo comandante local contrainsurgente, a quem a força policial manterá constantemente informada (GALULA, 1964).

Mesmo que já exista informações suficiente, um núcleo populacional só deve ser eliminado quando um destacamento já estiver instalado ou puder ser implantado simultaneamente. Caso contrário, é provável que uma célula insurgente seja criada novamente em uma população relativamente desprotegida dos insurgentes e os contrainsurgentes tenham que reiniciar o processo de erradicação (GALULA, 1964).

A quinta fase são as eleições locais. Uma vez que a célula insurgente política local tenha sido eliminada, é hora de estabelecer novas autoridades locais provisórias, com as quais a participação ativa da população na contrainsurgência começará a ser organizada. Deve ser evitado, sempre que seja possível, indicar diretamente pessoas relacionadas à causa da contrainsurgência, uma vez que elas seriam vistas pela população como meras marionetes, sem legitimidade. É muito melhor para essas autoridades que as eleições sejam genuinamente

livres, cujos resultados serão respeitados pela contrainsurgência, mesmo que os novos funcionários eleitos não sejam seus candidatos preferidos (GALULA, 1964).

A sexta fase é testar as novas autoridades locais e nela o contrainsurgente deve encarregar as novas autoridades de várias tarefas, que podem ir desde a administração municipal até a organização das forças de autodefesa e o recrutamento de unidades auxiliares contrainsurgentes. O propósito geral final dessas tarefas é mobilizar progressivamente a população para apoiar ativamente a contrainsurgência. A posição dos líderes que tenham a eficácia desejada deve ser consolidada e reforçada (por exemplo, autorizando mais projetos de desenvolvimento para seu eleitorado); os líderes ineficazes devem ser ignorados até que a população apoie ou aceite sem relutância que sejam substituídos. Além de proporcionar-lhes a preparação necessária para o desempenho de suas responsabilidades, o contrainsurgente deve intervir o mínimo possível na gestão dos novos líderes locais. O paternalismo acabaria por transformá-los em meros subordinados e impediria a apreciação do seu verdadeiro valor. Eles também devem ser informados de que sua melhor proteção contra atentados insurgentes é obter o apoio total da população (GALULA, 1964).

A sétima fase é organizar um partido. As novas autoridades devem começar a exercer liderança política sobre a população. Para isso, eles precisam de uma organização específica que agrupe, coordene e guie seus esforços e esteja enraizada entre a população por meio de uma base militante (que os próprios líderes devem buscar e selecionar). E essa organização deve cobrir uma área igual à do movimento insurgente (nacional, regional etc.). No entanto, tal processo não deve ser iniciado sem ter previamente decidido sobre o programa político a ser aplicado (GALULA, 1964).

A oitava fase é eliminar a última parcela da insurgência. Se ainda houver insurgentes na área, os contrainsurgentes, que agora possuem ajuda de forças auxiliares locais, devem organizar operações de isolamento e monitoramento em larga escala, forçando os insurgentes a fugir e destruindo os que tentarem penetrar no bloqueio. Não há garantia de eliminar completamente todos os insurgentes, mas aqueles que permanecem deixarão de

constituir um problema de segurança grave. Essas ações podem ser combinadas com ofertas de tratamento indulgente (por exemplo, uma anistia) (GALULA, 1964).

Dependendo das condições locais, pode-se omitir algumas etapas, como as operações militares iniciais que são desnecessários onde os insurgentes são fracos. Mas Galula diz que deve ser respeitada a lógica sequencial, por exemplo, é inútil a eleição de novas autoridades se ainda existem células políticas insurgentes. Galula também explica que o apoio econômico ou social é um ato político, e devem ser distribuídos com preferência dada às vilas ou distritos onde a população é mais ativa em favor da contrainsurgência (GALULA, 1964).

Observamos a dificuldade que existe para combater e eliminar os insurgentes, pois são grupos pequenos, ágeis, flexíveis e que conseguem aproveitar o terreno e fraquezas da população a seu favor. Apesar dos problemas para enfrentar os insurgentes, o Estado possui recursos e legitimidade para neutralizar as influências insurgentes na população, que é o principal meio utilizado por eles para conquistar seus objetivos. Assim, é importantíssimo conseguir o apoio do povo. Dessa forma, discutiremos a seguir, quais conclusões temos sobre a teoria ora estudada.

2.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

Neste capítulo realizamos um estudo sobre a teoria da guerra contra os insurgentes de David Galula, mas antes pesquisamos sobre a vida e experiência do autor, a fim de embasar esta dissertação. Observamos, de acordo com o pensador, as principais características dos insurgentes com o objetivo de entender como operavam e conseguir verificar qual seria a melhor forma para os contrainsurgentes combaterem essas insurgências.

Assim, descrevemos as leis definidas por Galula, que é uma estratégia geral para os contrainsurgentes e, posteriormente, examinamos a aplicação tática dessa estratégia, passo a passo, desde o primeiro conflito com o inimigo até vencer ou reprimir os últimos

remanescentes da insurgência.

A teoria de Galula não é uma panaceia que garante o triunfo no combate para neutralizar os movimentos insurgentes, tampouco um substituto da política, pois enquanto existir uma situação de insurgência e a origem dela não tenha sido eliminada, o perigo persistirá e necessitará um grau variável de vigilância do contrainsurgente.

Transcorreu meio século desde que o teórico publicou suas ideias. Nesse tempo, o mundo mudou radicalmente em aspectos significativos, como por exemplo novas formas de obter recursos financeiros para os movimentos insurgentes. No entanto, o resultado positivo das operações contrainsurgentes no Iraque, baseadas na doutrina do manual estadunidense FM 3-24, confeccionado sob a ótica do pensador francês, sugere que, adaptada com inteligência e flexibilidade à situação local, a bússola de Galula conserva sua utilidade e pode seguir orientando os exércitos do século XXI.

Nó próximo capítulo, vamos analisar as causas que deram origem às FARC, principalmente verificar os motivos de seu envolvimento com o narcotráfico e as consequências desse fato.

3 FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DA COLÔMBIA

Nesse capítulo, estudaremos o histórico das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)¹⁰ até o ano de 2014, principalmente a sua atuação como movimento insurgente. Tal estudo permitirá a análise dos motivos do envolvimento das FARC com o narcotráfico e as consequências disso para o processo de paz ao longo dos anos.

No item 3.1 iremos verificar como foi o desenvolvimento das FARC ao longo dos anos, a fim de como foi sua trajetória e sua ideologia. Posteriormente, no item 3.2, vamos analisar como foi a implementação do Plano Colômbia, que foi realizado para diminuir o narcotráfico e o poder das FARC, além de verificar as mudanças nessa organização devido à mudança de postura do governo. No item 3.3, analisaremos o desenvolvimento do envolvimento das FARC com o narcotráfico, a fim de entender os motivos e consequências desse fato. Enfim no item 3.4 teremos nossas conclusões parciais.

3.1 DESENVOLVIMENTO DAS FARC

Apesar da origem das FARC ser em 1964 com a retomada de Marquetalia¹¹, foi somente em 1966 que se apresentaram ao mundo como tal. Em 1965, depois da I Conferência Insurgente, o que até aquele momento era um movimento de autodefesa camponês, passou a chamar-se Bloco Sul¹² e em 1966, durante a celebração da II Conferência Insurgente, adotaram o nome de FARC. A partir desse momento se elegeu um Estado-Maior, comandado por Manuel Marulanda (1930-2008). Foram criados os estatutos, regulamentos e regimes disciplinares da organização, aprovado um plano militar e declarada oficialmente a luta pelo

¹⁰ Utilizaremos esse acrônimo até a mudança do nome das FARC para a atual denominação.

¹¹ Marquetalia era um pequeno território localizado no departamento de Tolima na Colômbia.

¹² A denominação de Bloco Sul foi devido a sua localização no território colombiano, que incluía o sul do território de Tolima e as confluências dos departamentos de Huila, Calca e Valle, conforme o anexo A (ARENAS, 1985).

domínio do poder na Colômbia. Entre 1966 e 1978 foram realizadas outras quatro conferências, onde foram introduzidas algumas mudanças a nível organizacional e militar, mas que não alcançaram avanços significativos (LEONGÓMEZ, 2011).

No começo da década de 1980, as FARC não constituíam um verdadeiro perigo. Seu crescimento foi marginal, passando de 350 a um mil homens em oito anos. Não contavam com princípios nem objetivos claros, isto porque estavam totalmente subordinadas ao partido comunista, que utilizava as FARC como seu braço armado e uma simples reserva estratégica em caso de golpe de Estado ou de uma invasão estadunidense. Tal lógica se sustentava no princípio da combinação de todas as formas de luta de massas, introduzido pelo partido em seu X Congresso em 1961 (LEONGÓMEZ, 2011).

Mas a preponderância dos interesses partidários não é o único fator que ajuda a explicar o adormecimento das FARC durante os seus primeiros anos de existência. O fato também pode ser esclarecido devido à falta de recursos financeiros, sendo oriundos dos aportes que fazia o partido e dos roubos a bancos e gado. É importante ressaltar que, apesar das FARC inicialmente dependerem do partido comunista e que este estava alinhado com o movimento comunista internacional com epicentro na ex-URSS e em Cuba, as relações se limitavam ao âmbito puramente ideológico e por isso ajuda financeira foi muito pouca (PÉCAUT, 2010). Desde o princípio, as FARC foram autossuficientes sob o ponto de vista financeiro e foi precisamente a partir da necessidade própria de captar mais recursos, que a organização começou suas alianças com o incipiente mundo do narcotráfico (PULIDO, 2009).

Com a declaração da guerra contra as drogas por parte do presidente estadunidense Richard Nixon em 1971, foi lançado um ambicioso plano contra os narcóticos, que incluiu ajuda militar para os países produtores, o reforço das penas e multas ao consumo a nível interno e o desenvolvimento de operações de erradicação e interdição de cultivos em países como Turquia, Jamaica e México. Isto produziu o traslado para Colômbia dos cultivos e do manuseio do tráfico de drogas aos EUA. Os cultivos, especialmente de maconha,

começaram a expandir-se na Serra Nevada de Santa Marta e zonas contíguas, e sua exportação iniciou através das rotas de contrabando que saíam desde as costas de Guajira, fazendo escala em países caribenhos até chegar a estados estadunidenses como Flórida. Mas o combate ao cultivo da maconha chegou à Colômbia posteriormente, ocorrendo uma diminuição da produção, que também foi aliado a produção autossuficiente de hidropônicos no território estadunidenses (MUSTO, 1993).

A subestimação, por parte das autoridades dos EUA, dos perigos da cocaína fez a oferta e demanda desta substância substituir as outras drogas devido à inexistência de controles. Isso fez os traficantes colombianos começarem a estabelecer redes para a compra de pasta base de coca originária do Peru e Bolívia (os dois principais cultivadores de folha de coca), e de insumos agroquímicos que permitiram seu processamento para a obtenção da cocaína que, posteriormente, era distribuída para os EUA e também para a Europa (GAVIRIA e MEJÍA, 2011).

Foi em torno destas redes de produção e exportação de coca que surgiram os cartéis de Medellín e Cali, sendo o primeiro caracterizado por uma alta visibilidade por meio das figuras de Carlos Ledher (nascido em 1949 e agora preso nos EUA), de Pablo Escobar (1949-1993) e Gonzalo Rodríguez Gacha (1947-1989). O segundo, liderado pelos irmãos Rodríguez Orejuela, tinha um perfil público mais baixo e era mais sofisticado na sua estrutura organizacional e financeira. Os cartéis, a fim de proteger seus cultivos e rotas, começaram a se unirem com fazendeiros para formar exércitos privados, criando movimentos como o MAS (morte a sequestradores)¹³. Apesar de sua orientação contrainsurgência, ao longo do tempo os cartéis, particularmente o de Medellín, começaram a estabelecer alianças com as FARC em zonas do sul do país (GAVIRIA e MEJÍA, 2011).

Para entender a origem desta simbiose é preciso considerar que as FARC são inicialmente um grupo de camponeses e que suas bases sociais foram construídas a partir da adesão da população marginal e excluída originária das áreas rurais. Assim, as FARC

¹³ Acredita-se que este movimento foi um dos precursores do fenômeno paramilitar na Colômbia.

começaram a colonizar territórios onde o Estado não era presente, especialmente nos departamentos como Caquetá, Meta, Guaviare e Vaupés, conforme o anexo A. Isso é importante porque, com o enfraquecimento do negócio da maconha, aos poucos começaram o cultivo da coca nesses territórios colonizados até se converter em uma das fontes de sustento e prosperidade das regiões supramencionadas. As FARC, no início, proibiam os camponeses de cultivar a folha de coca porque associavam a prática com a estrutura capitalista de concentração de terra e julgavam como um fator de deslocamento da população. Mas, para os camponeses e diante da possibilidade de melhorar sua qualidade de vida por meio da coca, a postura das FARC era adversa aos seus interesses. Dessa forma, existia um alto risco de erosão e fragmentação que poderia comprometer a existência do grupo (LEONGÓMEZ, 2011).

De acordo com a situação, as FARC foram obrigadas a mudar sua postura e começou seu envolvimento com o negócio das drogas. É importante ressaltar que a autorização do cultivo de coca ficou condicionada com sua alternância com cultivos lícitos e que os cartéis deveriam pagar entre 10% e 15% de cada kilo comprado de pasta base de coca (LEONGÓMEZ, 2011).

A necessidade de recursos financeiros, mesmo por meio da coca por parte das FARC, coincidiu com o interesse dos incipientes cartéis de proteger seus cultivos e rotas da pressão do Estado, sendo possível conseguir facilmente se utilizassem as regiões onde se localizavam a subversão e onde não chegava a força pública. Foi a partir dessa complementaridade e dessa necessidade recíproca que começa a aliança narcotráfico e FARC, oficializada através de sua VII Conferência Nacional, ocorrida em 1982 (PULIDO, 2009).

Nessa reunião explicitaram a possibilidade de começar a receber recursos financeiros do negócio de coca. Assim, foi estabelecido um esquema de financiamento, onde cada quadrilha era obrigada entregar ao secretariado no mínimo quinze milhões de pesos da época devido ao negócio da coca. Em contrapartida, era permitido, sem restrições, fazer negócios diretamente com os narcotraficantes. A ideia era ganhar a vontade dos cultivadores e

narcotraficantes para que servissem de suporte para o movimento. No entanto, é importante ressaltar que nas conclusões do encontro supramencionado, foi enfatizada a necessidade de conquistar a confiança dos camponeses que cultivavam coca para o movimento, sendo necessário um equilíbrio entre os cultivos de coca e a agricultura tradicional e legal. Dessa forma, seria possível manter certo controle sobre as bases camponesas e conseguir evitar sua degeneração em grupos contrainsurgentes (PULIDO, 2009).

Assim, as FARC reconheceram os enormes benefícios econômicos do narcotráfico, que iria dar suporte financeiro para alcançar os objetivos do movimento, mas também gerou o medo de que o envolvimento poderia acarretar a perda dos princípios do grupo e criar grupos de criminosos.

No entanto, a decisão de participar do tráfico de drogas respondeu a um plano militar e político que também se refletiria na VII Conferência. Até a conclusão da VI Conferência, a expansão militar do movimento foi mínima, mas isso começou a mudar a partir da VII Conferência que marcou um ponto de inflexão na história do grupo, pois houve uma redefinição de suas orientações em termos políticos e militares. Como resultado dessa conferência, um novo plano estratégico chamado "Campanha Bolivariana por uma nova Colômbia" foi criado. Ele definiu a estratégia para a tomada do poder em um prazo de oito anos. Ele pretendia possuir a estruturação de um poderoso exército e criar um governo provisório. Isso seria possível através da acumulação de forças em todo o território nacional, aumento da luta de classes, desenvolvimento militar, a conscientização política da população, a insurreição nas cidades e a conquista de Bogotá (PULIDO, 2009). Assim, confirmaria Jacobo Arenas (1924-1990), um dos principais líderes das FARC, ao dizer que.

A VII Conferência pela primeira vez nos deu uma concepção política mais global para formular uma estratégia militar no caminho do poder através da combinação de todas as formas de luta e uma nova forma de operar de caráter ofensivo (ARENAS, 1985, p.106. Tradução nossa)¹⁴.

¹⁴ No original: La Séptima Conferencia por primera vez nos dio una concepción política más global para formular una estrategia militar en la vía al poder por medio de la combinación de todas las formas de lucha y de un nuevo modo de operar de carácter ofensivo (ARENAS, 1985, Cese el fuego. Una historia política de las FARC).

A partir desse momento, a ala política, liderada por Jacobo Arenas e a ala militar, comandada por Manuel Marulanda, como o verdadeiro e único comando da organização, estaria claramente definida. No nível político, a principal mudança foi ocasionada pela percepção que tinha a liderança das FARC sobre uma suposta situação pré-revolucionária no país depois de várias greves cívicas e manifestações contra o governo e, por outro lado, com a necessidade de pensarem em si mesmos como um ator político com seus próprios discursos, aproveitando-se desse contexto. Isso levou o movimento a separar-se gradualmente da tutela do Partido Comunista para finalmente deixar de ser seu braço armado e sua reserva estratégica (ARENAS, 1985).

Quanto à área militar, o grupo fez um importante salto qualitativo e quantitativo, que foi expresso através de um reajuste em todos os seus mecanismos de direção e comando para deixar de ser um movimento defensivo para um exército autenticamente ofensivo, ou seja, eles pararam de esperar pelo inimigo para emboscá-lo e surpreendê-lo evitando o confronto corpo a corpo e eles começaram a procurá-lo para cercá-lo e atacá-lo. Essa mudança operacional fazia parte do chamado Plano Cisne 3, que combinava planejamento de inteligência, cerco, ataque e agressão, permitindo prender vários militares e seus arsenais. Para simbolizar essa transição, o grupo passou a se chamar FARC-EP (exército do povo) (LEONGÓMEZ, 2011).

O plano estratégico pretendia o acúmulo de pelo menos dez mil homens armados com uniformes, alimentos, fuzis, munições e, em geral, um grande dispositivo logístico e militar que lhes permitiria chegar a Bogotá desde as planícies orientais e o sul do país. Para isso, se planejou o desdobramento das frentes para ganhar presença territorial e fragmentar a ação da força pública, bem como a mobilização dos setores populares nos centros urbanos, para a qual era necessária uma grande quantidade de dinheiro que só poderia ser obtida facilmente no negócio da coca. Nesse momento, os insurgentes já haviam conseguido se estabelecer em várias zonas de colonização camponesa, onde havia a presença de plantações

de coca, especialmente nos departamentos de Putumayo, Caquetá, Guaviare, Guainía e Vaupés, conforme o anexo A (LEONGÓMEZ, 2011).

Nesse ramo encontraram um nicho econômico que significaria recursos financeiros para realizar seu plano. Inicialmente, essa receita era derivada da arrecadação de impostos dos produtores em troca da proteção da área, da intermediação com os traficantes para negociar os preços da pasta base, da cobrança de uma comissão e também da proteção das pistas de pouso e laboratórios (PÉCAUT, 2010).

Enquanto isso acontecia e de forma surpreendente, o recém-eleito, em 1982, Presidente Belisario Betancur anunciou o início de uma política de paz que contemplava a concessão de uma ampla e incondicional Lei Geral de Anistia e a declaração de uma trégua bilateral. Jacobo Arenas, o líder político das FARC, interpretou isso como uma janela de oportunidade que devia aproveitar para que o movimento pudesse se expandir para o cenário político legal, em conformidade com a premissa da combinação de todas as formas de luta e foi assim que começou uma campanha agressiva de persuasão entre os insurgentes para fazer uma mudança para a política sem renunciar ao plano estratégico. Desse modo, inicia-se um processo de negociação que terminaria em 1984 com a assinatura dos Acordos de Uribe, a declaração de uma trégua e a formação de um movimento político legal entre o partido comunista e as FARC: a União Patriótica (UP) (PÉCAUT, 2010). A esse respeito, Jacobo Arenas (1924-1990) destacou:

Uma coisa é aquela conferência (sétima) e outros acordos que assinamos com o governo. Então o velho não tem nada a ver com o novo. Agora, com este acordo em que nos comprometemos mutuamente a cumprir o acordo, a situação é diferente (ARENAS, 1985, p.22. Tradução nossa)¹⁵.

No entanto, sabemos que, dado que a Lei de Anistia não implicava a renúncia às

¹⁵ No original: Una cosa es esa conferencia (Séptima) y otra los acuerdos que hemos firmado con el gobierno. Entonces lo antiguo no tiene nada que ver con lo nuevo. Ahora con este acuerdo en el que nos comprometimos unos a otros a cumplir con la pactado la situación es diferente (ARENAS, 1985, Cese el fuego. Una historia política de las FARC).

armas e os insurgentes usaram a trégua, que durou cerca de quatro anos após sua ruptura devido à violação de ambas as partes em 1987, para se reorganizar e se fortalecer militarmente. Realmente, eles conseguiram passar de 1.500 homens e dezesseis frentes para 5.800 membros distribuídos em 48 estruturas em todo o país. Com o extermínio da UP pelas forças ultradireitas (paramilitares) devido a sua decisão de continuar lutando com armas, as FARC decidiram se separar definitivamente do partido comunista para criar um aparato político clandestino: o Partido Comunista Clandestino da Colômbia (PCCC ou PC3) e uma estrutura de massas clandestina: o movimento bolivariano (LEONGÓMEZ, 2011).

Uma sessão plenária foi realizada em 1989 para revisar o cumprimento dos objetivos estabelecidos na sétima conferência, resultando na ratificação do plano estratégico. A morte do líder Arenas, um ano depois, marcaria a ruptura definitiva com o Partido Comunista e com isso o fim do predomínio da ala política da insurgência. Seu vazio seria dominado por Marulanda e sua orientação belicista foi acentuada após o ataque militar à Casa Verde, sede das FARC, que na verdade proporcionou a um segundo salto qualitativo da insurgência, onde intensificou os ataques ofensivos contra as forças regulares do governo (CASTILLA, 2011).

A partir desse momento, registrara-se um notável aumento da presença territorial da insurgência e seu poder de fogo contra as forças de segurança do Estado, o que foi respondido com uma ofensiva sem precedentes por parte das forças públicas no marco da guerra integral contra a insurgência, forçando a insurreição a iniciar um retraimento tático em 1993. Naquele ano, essa mudança se tornaria oficial com a realização da VIII Conferência Nacional, na qual, além disso, foi acordado renunciar a qualquer opção de política legal e a luta armada para obter acesso ao poder foi privilegiada; em outras palavras, o plano estratégico foi retomado, mas de uma dimensão eminentemente militar, que foi chamada de Guerra Popular Prolongada (GPP) (CASTILLA, 2011).

Para cumprir essa missão, a insurgência iria começar a voltar-se para mais fontes de recursos, a fim de consolidar uma verdadeira economia de guerra que lhe permitiria

construir um exército de guerrilha, destacando-se a extorsão, sequestro e principalmente as drogas ilícitas, mas não somente no nível primário (cultivo), pois evoluiu para o intermediário, como o processamento da droga (CASTILLA, 2011).

Para entender isso, é importante notar que, enquanto as relações entre as FARC e os narcotraficantes foi baseada em princípio por alianças para proteção em troca de dinheiro, essas ligações foram gradualmente degenerando na medida em que os membros da insurgência adquiriam mais conhecimentos sobre a dinâmica do negócio e o negócio das drogas crescia. Isto obrigava a insurgência a tentar exercer maior controle sobre o negócio. A ruptura ocorreria em meados dos anos 1980, especialmente no sul do país, área de influência de Gonzalo Rodríguez Gacha, um membro do cartel de Medellín, onde os membros das FARC começaram a roubar as colheitas, armas e cocaína dos laboratórios de sua propriedade. Gradualmente, a insurgência estava se apropriando de cada elo da cadeia, enquanto os cartéis formavam exércitos paramilitares para se defenderem da insurgência, que mais tarde mudariam para se converterem em grupos criminosos (PULIDO, 2009).

Na VIII Conferência, em 1993, foi tomada a decisão de criar um exército totalmente ofensivo para realizar ataques de alto valor estratégico ao Estado. Foram criados os blocos regionais, os comandos conjuntos, as companhias móveis de combate e o comando geral, que reafirmaram o objetivo de urbanizar o conflito para o qual as milícias bolivarianas foram projetadas. Definiu-se uma plataforma política e decidiu-se começar a especializar as frentes (grupos responsáveis por determinada região no país) em tarefas de combate, uso de explosivos, atividades políticas, logísticas e financeiras (LEONGÓMEZ, 2011).

Em relação a este último aspecto, determinou-se que muitas frentes não haviam atingido sua cota financeira e que quem a havia conseguido era por sua participação direta no negócio de tráfico de drogas. Assim, decidiu-se dar maior autonomia aos blocos para projetar um plano financeiro. A partir desse momento, as frentes identificaram no tráfico de drogas uma fonte de recursos para atender as cotas definidas e embora essa interação ocorra de forma assimétrica entre as diferentes estruturas, é o que leva algumas unidades, como o Bloco

Oriental, a participar de quase todos os elos da cadeia de valor do negócio, incluindo as rotas de exportação (PULIDO, 2009).

Nesse mesmo ano haveria um evento que marcaria um ponto de inflexão na relação entre as FARC e as drogas ilícitas: as mortes de Pablo Escobar e Gonzalo Rodríguez Gacha, líderes do cartel de Medellín. Isso marcou o fim do auge dos grandes cartéis e iniciaria uma nova fase de fratura e falta de liderança nas máfias, que levaria as FARC ao preenchimento desse espaço vazio, envolvendo mais ativamente no negócio e regulando o mercado. O desaparecimento dos grandes cartéis, somado à política antidrogas promovida pelos EUA, leva a uma divisão da cadeia com a entrada e domínio dos últimos elos (comercialização) dos cartéis mexicanos e com a crescente participação da insurgência, juntamente com outros atores armados (paramilitares e pequenos cartéis) dos estágios iniciais (cultivo e processamento). No entanto, acredita-se que desde então as FARC não só começaram a ter suas próprias lavouras e laboratórios, mas monopolizaram a compra e a venda, fixando preços e guardando estoques de drogas para trocá-los por armas no mercado ilegal (LEONGÓMEZ, 2011).

A captação de mais recursos financeiros por meio do narcotráfico facilitou a concretização do plano político-militar da insurgência, que após o recuo tático realizado para o sul do país, iniciou em meados dos anos 90 o mais forte ataque contra as Forças Públicas, que foi decretado na VII Conferência. As FARC começaram a avançar em seu plano de formar um exército, controlar territórios e encurralar grandes cidades como Medellín e Bogotá com ataques em larga escala (CASTILLA, 2011).

O ponto mais crítico da ofensiva insurgente foi em 1998 com a conquista de Mitú, a capital do departamento de Vaupés no sudeste da Colômbia, um passo bem-sucedido em seu plano estratégico. Isso não teria sido possível se não fosse pela integração vertical que conseguiu fazer da sua estrutura armada e organizacional com o tráfico de drogas, que se tornou muito importante, ou seja, um eixo fundamental da sua existência e poder. Embora naquela época as FARC recebessem renda de outras atividades como mineração de ouro,

carvão, petróleo e pecuária, o narcotráfico era sua principal fonte de financiamento (CASTILLA, 2011).

Historicamente, um dos principais objetivos das FARC, se não era o mais importante, era a busca pelo poder. Para isso, utilizava todo tipo de recursos físicos, humanos e econômicos, e de diferentes procedimentos que permitissem instaurar sua própria visão de Estado. Na medida em que essas aspirações não eram conseguidas, eles alteravam as formas e especialmente os meios utilizados pelo grupo para alcançá-las.

Assim, por exemplo, houve o aumento do efetivo de pessoal e de poder de fogo, que necessitaram de uma maior capacidade logística e organizacional, gerando também maior demanda de recursos econômicos que permitissem financiar sua manutenção durante o tempo. Sem dinheiro suficiente e necessário para responder a essas mudanças, as FARC simplesmente não puderam evoluir até se converter no que se tornaram no século XXI e é por isso que sua razão de ser, que era baseado na sua plataforma ideológica, e sua estrutura burocrática dependiam em grande parte de suas fontes de financiamento, predominando o narcotráfico.

As FARC nunca estiveram tão perto de alcançar seu objetivo de criar um equilíbrio estratégico com o Estado para tomar o poder como no final da década de 1990, principalmente devido à instrumentalização do tráfico de drogas. Mas essa talvez fosse sua única e última chance, já que a partir de este momento a política de segurança do Estado se voltaria radicalmente para a luta frontal contra o pilar financeiro da organização: as drogas ilícitas. Os efeitos da nova estratégia na insurgência mostrariam que o tráfico de drogas era um dos principais centros de gravidade¹⁶ das FARC, conforme veremos a seguir. No próximo item iremos verificar as mudanças que ocorreram com a execução de uma nova política do governo colombiano para combater as FARC.

¹⁶ Centro(s) de Gravidade são característica(s), capacidade(s) ou localidade(s) de onde uma nação, coalizão ou força militar extrai sua liberdade de ação, força física ou sua vontade de lutar. São fontes de força e poder que, uma vez conquistados ou atingidos, poderão resultar no desmoronamento da estrutura de poder. Existem em todos os níveis de condução da guerra (EMA-305, 2017).

3.2 PLANO COLÔMBIA E AS MUDANÇAS NAS FARC

No final dos anos 1990, o tráfico de drogas não só se tornou o principal motor do conflito armado e, em geral, de todas as formas de violência no país, mas também o maior fator de enfraquecimento do componente institucional e social do Estado. Dessa forma, era necessária uma ação imediata do Estado.

Assim, a proposta do recém-eleito Presidente Andrés Pastrana, que governou no período de 1998 até 2002, consistiu precisamente no combate às drogas ilícitas e seu poder desestabilizador, a fim de contribuir para a reativação econômica, a reconstrução social, a conquista da paz e o fortalecimento institucional. Essa estratégia abrangente foi denominada Plano Colômbia e seu foco principal foi a cooperação bilateral com o governo dos EUA, baseada no princípio da responsabilidade compartilhada, segundo a qual se entende que as drogas ilícitas são um problema que afeta tanto os países produtores quanto os países produtores (LEONGÓMEZ, 2011).

Entre os componentes do plano, dois se destacam para fins práticos desta análise. De um lado, o combate às drogas e ao crime organizado, especialmente em seus objetivos de reduzir o narcotráfico, fortalecer a capacidade da força pública de combate ao narcotráfico e ao terrorismo e a modernização do setor de segurança e defesa. E de outro, o fortalecimento institucional em termos de fortalecimento da capacidade do Estado e da força pública para garantir os direitos humanos (LEONGÓMEZ, 2011).

O foco no componente das drogas ilícitas como fonte de financiamento para as FARC é explicado porque no ano 2000, 23 de suas frentes estavam totalmente imersas em 162 dos 189 municípios no negócio de cultivo de coca. O objetivo era dirigir todos os esforços do Estado para romper os vínculos entre drogas ilícitas e grupos armados ilegais por meio de uma estratégia combinada de erradicação, interdição e extradição (LEONGÓMEZ, 2011).

A partir desse momento, os recursos injetados no Plano Colômbia permitiram que as forças militares passassem a sofrer uma profunda reestruturação nos aspectos institucionais,

doutrinários e tecnológicos. Isso resultou em sua profissionalização, em maior planejamento e efetividade na condução das operações, na melhoria das estruturas de inteligência e comando e controle. Dessa forma, impediram as FARC de aproveitar as negociações de paz, como fizeram no passado, para avançar em seu plano estratégico, se reorganizando e se fortalecendo, como depois ficou comprovado que era o seu objetivo real (LEONGÓMEZ, 2011).

É importante ressaltar que, embora o objetivo da ajuda fornecida pelos EUA tenha se concentrado na luta contra o tráfico de drogas, o governo colombiano aproveitou para articular seus esforços de contrainsurgência. Conforme vimos anteriormente, a luta contra as drogas ilícitas eliminaria o centro de gravidade financeiro das FARC e, como resultado, alcançaria o enfraquecimento total dos insurgentes.

Após o fracasso da negociação de paz durante o governo Pastrana, a tese da saída militar do conflito ganhou força. Foi assim que Álvaro Uribe foi eleito, ficando no governo de 2002 até 2010, e implementou uma política voltada para recuperar o controle do território, dismantlar os grupos armados ilegais, estabelecer o estado de direito e o monopólio das armas pelo Estado que chamou de Política Democrática de Defesa e Segurança (PDSD) (LEONGÓMEZ, 2011).

Essa nova iniciativa não apenas buscou continuar a luta contra as drogas ilícitas, mas também reafirmou a estratégia de contrainsurgência. Conseqüentemente, com os recursos financeiros, técnicos e logísticos que foram recebidos dos EUA, além da verba recebida pelo governo por meio do imposto sobre a riqueza, o processo de transformação da força pública iniciada por Pastrana, não só foi mantido, mas aumentou, logrando finalmente uma mudança definitiva na correlação de forças favoráveis ao Estado. Foram realizadas pesadas ofensivas militares, principalmente na retaguarda das FARC, no sul do país (LEONGÓMEZ, 2011).

Podemos observar que o governo colombiano realizou ataques na região que era totalmente dominada pelo movimento insurgente, a fim de reconquistar território e enfraquecer a insurgência naquela região.

De fato, o aumento das ações ofensivas das forças públicas obrigou as FARC a

renunciar, temporariamente, à sua aspiração de exercer controle territorial efetivo sobre grandes áreas do território nacional. Tiveram que se deslocar das áreas centrais, onde conseguiram se posicionar, em direção às áreas periféricas nos departamentos fronteiriços. Dessa forma, essas regiões acabaram se tornando corredores estratégicos para se reabastecer, se esconder e se recuperar. A partir dessas áreas, começaram a exercer controle sobre regiões específicas usando suas técnicas de guerrilha com ataques esporádicos e surpresa e com a colocação de minas terrestres para proteger as plantações, especialmente de coca utilizada no narcotráfico que era seu suporte financeiro no conflito (LEONGÓMEZ, 2011).

No entanto, apesar dos esforços da insurgência para não comprometer suas finanças, a verdade é que, com o Plano Colômbia e o PDSO, foram alcançados importantes resultados contra o relacionamento das FARC com o narcotráfico, pois foi possível avançar nas ações de erradicação aérea e erradicação manual, passando de 163.290 hectares de cultivos ilícitos em 2000 para 85.750 em 2005, uma redução de 46,4% em cinco anos. Além disso, houve a apreensão, entre 1999 e 2005, de 716 toneladas de cocaína no valor de US\$ 17.294 milhões, de 185 aeronaves, 8.214 veículos, 1.799 embarcações e a destruição de 9.231 laboratórios. Isso reduziu de maneira significativa a capacidade operativa das FARC (LEONGÓMEZ, 2011).

Apesar dessas conquistas, a relação entre o impacto da estratégia antinarcóticos e o enfraquecimento das FARC não foi totalmente clara, ao contrário do que aconteceu no caso da estratégia de contrainsurgência e do aumento exponencial da capacidade armada das forças de segurança (LEONGÓMEZ, 2011).

Embora o Plano Colômbia tenha favorecido uma redução significativa em cultivos ilícitos que atingiram 77.870 hectares em 2006, é importante notar que entre 2004 e 2005 houve um ligeiro aumento na área cultivada de 80.350 para 85.570, e desde 2007 aumentou para 98.000. Assim, observamos que as plantações não continuaram a diminuir, mas permaneceram inalteradas no período citado (LEONGÓMEZ, 2011).

Assim, a estratégia não foi bem-sucedida em seu propósito de romper o vínculo

entre o tráfico de drogas e os insurgentes, pois ela não reduziu todos os indicadores e não impediu as FARC de se ajustarem à nova dinâmica de confronto mantendo sua economia de guerra em algumas áreas do país, especialmente nos departamentos fronteiriços.

Naquela época, a participação das FARC no negócio da coca ainda estava concentrada nos primeiros elos da cadeia, ou seja, no cultivo e produção de base de pasta. No entanto, é a partir desse momento que começam a ser encontrados sinais de que os insurgentes estenderiam seu leque de ação aos elos intermediários e superiores (LEONGÓMEZ, 2011).

Embora a droga não fosse a única fonte de financiamento para a insurgência, desde 2003 passou a representar 50% da renda total do grupo até se tornar seu principal reduto, chegando a 70% dos recursos disponíveis devido, em grande parte, a sua incursão nos elos mais especializados da cadeia. A retirada para as áreas de fronteira é precisamente o que leva os insurgentes a se envolverem mais no tráfico, fortalecendo suas posições nos corredores que levam ao Oceano Pacífico (PÉCAUT, 2010).

Não há dúvida de que os lucros obtidos com o narcotráfico foram suficientemente robustos para que os insurgentes pudessem sobreviver à ofensiva militar do Estado, mas também é verdade que o ajuste tático introduzido para enfrentar essa nova realidade armada não teria sido possível sem a existência de uma estrutura organizacional disciplinada e coesa, o que alguns analistas chamam de aparato burocrático sólido da insurgência composto de normas, códigos, regras, estatutos, regulamentos, hierarquias etc. Com efeito, a longevidade das insurgências é explicada em grande parte por essa estrutura, que do ponto de vista financeiro é o que lhes permitiu manter um alto nível de institucionalização e, assim, impedir sua decomposição delincente. De fato, na época não havia registro de problemas de indisciplina ou ajustes de contas devido ao tráfico de drogas, ao contrário do que acontecia com grupos de direita (LEONGÓMEZ, 2011).

Os comandantes das frentes não mostraram maiores riquezas além de armas caras e para evitar qualquer surgimento de poder local com o aumento dos lucros da coca, o secretariado das FARC começou a mudar frequentemente os chefes das frentes. Nesse

momento, a gestão dos recursos do tráfico de drogas foi totalmente centralizado e foi controlado pelo secretariado para financiar as atividades subversivas da organização e melhorar as condições de vida das localidades sob o seu domínio. O Secretariado, em teoria, era o organismo responsável pelo planejamento financeiro da organização, criando comissões financeiras em todas as frentes e estabelecendo metas anuais e entregas regulares de verbas financeiras, que foram usadas mais para satisfazer o apoio dos insurgentes do que para enriquecimento pessoal, o que impediu o surgimento de conflitos internos. Com isso, demonstrou que o negócio da coca era um meio para atingir o objetivo político, que foi ratificado na VII Conferência, e não um fim em si mesmo (LEONGÓMEZ, 2011).

Assim, observamos que o Plano Colômbia e a PDSD surtiram efeito inicial no combate ao narcotráfico. Porém, isso não foi eficiente para eliminar completamente o suporte financeiro das drogas para as FARC. O movimento insurgente se adaptou a nova situação do país e, apesar de sua diminuição, conseguiu manter sua capacidade mínima de influência sobre a população do país e prosseguiu na tentativa de conquistar o seu objetivo político.

Porém, essa inversão da tendência de crescimento da insurgência, que começou com a implementação do Plano Colômbia e do PDSD, continuou e se acentuou após a reeleição de Álvaro Uribe (2006-2010). Ele ratificou sua posição belicista e implementou a Política de Consolidação da Segurança Democrática (PCSD), que acabou eliminando qualquer aspiração dos insurgentes em continuar com a estratégia que haviam elaborado duas décadas antes (LEONGÓMEZ, 2011).

A realização IX Conferência, no final de 2006, confirmou que a situação era desfavorável às FARC, que foi realizado virtualmente por e-mails e videoconferências, pois a pressão das forças militares impediu que os comandantes da frente e membros do secretariado se mobilizassem. Apesar dessas dificuldades, as discussões avançaram e concluíram sobre a necessidade de recuperar sua capacidade de financiamento. A decisão foi que, em um período de quatro anos, a organização iria arrecadar a quantia de 253 milhões de dólares para reiniciar as operações ofensivas contra o governo (PÉCAUT, 2010).

As FARC, no final de 2006, passaram de 18 mil homens para apenas 6 mil em cinco anos, ou seja, uma redução de 60% e sua presença territorial foi reduzida em cerca de 62%, passando de 209 municípios para apenas 78 com atividade insurgente. Isso sem falar na interrupção de vários corredores de mobilidade pela força pública que deixou várias frentes numa situação crítica de falta de abastecimento, isolamento e descoordenação, afetando seriamente sua capacidade operacional e o moral dos insurgentes. Assim, foi possível dismantelar as estruturas urbanas em várias cidades. Da mesma forma, o fortalecimento do trabalho de inteligência permitiu que a força pública aumentasse sua eficácia na interceptação das comunicações da insurgência, forçando-a a restringir o uso de meios eletrônicos e recorrer a práticas mais primitivas, como o correio humano (PÉCAUT, 2010).

Além disso, vários comandantes de frente e outros importantes líderes do secretariado foram mortos ou capturados, gerando enorme quantidade de desertores nas FARC, principalmente em 2008. A consequência disso foi a desmoralização do movimento devido à falta de expectativa de sucesso militar, a fraqueza financeira e a falta de apoio popular. Tudo isso ocasionou um impacto direto sobre a capacidade operativa do grupo que foi dizimada e demonstrou a existência de problemas de comando e controle (LEONGÓMEZ, 2011).

Apesar das quedas de alguns de seus principais líderes, estes foram rapidamente substituídos, demonstrando como um dos seus pontos fortes a estabilidade do comando da organização, o que permitiu que as FARC não fossem derrotadas e permanecessem ativas. No entanto, o que é ainda mais surpreendente é que a maioria desses esforços armados persistiu nas áreas em que os insurgentes implantaram o seu suporte financeiro, isto é, nas áreas de cultivo de coca nas três regiões mencionadas acima: sudoeste, noroeste e nordeste do país. Assim, demonstrou que sua prioridade era manter o controle dessas zonas estratégicas para garantir suas fontes de subsistência, reforçando a ideia de que o tráfico de drogas sempre foi o principal centro de gravidade da insurgência (LEONGÓMEZ, 2011).

O conhecido como Alfonso Cano (1948-2011) chegou ao secretariado das FARC, que elevou o moral do movimento, que estava seriamente enfraquecido. A forma que escolheu

foi o Plano Renascer Revolucionário das Massas, que mudou a estratégia da insurgência. Assim, procurou contrabalançar o PCSD por meio da descentralização operacional e tática das ações armadas, o que reforçou as medidas adotadas por ocasião da VIII Conferência no sentido de dar maior autonomia aos comandantes de frente. Isso forneceu para eles algumas vantagens devido à facilidade com que realizaram ataques e em termos de aumento na captação de recursos. Porém, geraram alguns riscos relacionados à possível desmantelamento de unidades inteiras, bem como comportamentos de corrupção, que começaram a gerar separações internas (LEONGÓMEZ, 2011).

A estratégia de Cano apresentava uma lógica semelhante à de miniblocos. O retorno à guerra de guerrilhas com pequenas unidades de combate compostas no máximo por seis insurgentes e usaram movimentos surpresas para evitar o confronto direto. Isso multiplicou o número de franco-atiradores e aumentaram a instalação de minas terrestres, especialmente em áreas com cultivos ilícitos, para coibir a mobilidade das forças públicas e dificultar o trabalho de erradicação (LEONGÓMEZ, 2011).

O Plano Renascer foi bom para tentar compensar a superioridade estratégica das forças do Estado, mas não foi eficaz o suficiente para devolver aos insurgentes o poder que tinham. Por outro lado, representou um grave retrocesso, na medida em que ficou longe de ajudar a resolver o problema da dispersão e isolamento de várias frentes ocasionado pelo Plano Colômbia e PDS. Assim, internamente favoreceu, de alguma forma, um aumento na autonomia dessas unidades, dificultando o fechamento das lacunas geográficas, financeiras e logísticas; e até mesmo ideológico com o secretariado e, dessa forma, continuou exercendo um controle mais estrito da liderança da insurgência. Isso, porém, não significou, por si só, que o comando e controle da cúpula tenha fraturado completamente, porque a organização permaneceu unida, caso contrário, o aparato burocrático que foi uma das fortalezas da insurgência teria desaparecido (LEONGÓMEZ, 2011).

Dessa forma, o plano de Cano influenciou algumas das frentes e pequenas frações. Aquelas que se envolveram mais no tráfico de drogas, começaram a seguir um processo de

fragmentação gradual devido à obtenção de ganhos financeiros derivados do negócio de drogas ilícitas, que gerou interesses pessoais pelo enriquecimento com o lucro da coca.

Como foi visto, o Plano Colômbia e os PDSO I e II foram relativamente eficazes em termos militares porque forçaram as FARC a recuar para as áreas fronteiriças e, assim, adiar seu plano estratégico. No entanto, o mesmo não aconteceu com o narcotráfico, que, embora tenha sido definido como um objetivo dentro da estratégia do governo, não apenas prevaleceu, mas foi o fator que determinou o prolongamento da presença dos insurgentes no conflito, pois permitiu o seu financiamento. As FARC recuaram, mas continuaram a desenvolver seu suporte financeiro nas áreas de fronteira, onde predominam os cultivos de coca, que era protegido pelos insurgentes armados, a fim de garantir seu financiamento por meio da coca. A seguir veremos o nível de envolvimento das FARC com o narcotráfico.

3.3 O ENVOLVIMENTO DAS FARC COM O NARCOTRÁFICO

Em 2014, estima-se que as FARC estavam organizadas em 67 frentes que, por sua vez, compõem sete grandes blocos localizados, em 2013, de acordo com o anexo B. Dessas 67 unidades, entre 15 e 20 estavam envolvidas com o negócio de drogas ilícitas em algumas de suas fases, ou seja, 30% do grupo. Embora não atinja uma participação majoritária, a estreita ligação dessas frentes com atividades criminosas poderia se tornar uma imensa barreira para a conquista da paz (PÉCAUT, 2010).

O Bloco Oriental, para cumprir a função que lhe foi confiada que exigia a contribuição de muitos recursos financeiros, começou a se envolver totalmente no negócio do narcotráfico. Esse Bloco se tornou um dos principais contribuintes financeiros, oriundos do negócio da coca, e um dos primeiros a se aventurar nos elos mais importantes da cadeia, por meio da criação de alianças com reconhecidos traficantes de drogas e envio de carregamento de cocaína para o Brasil e Venezuela. Além do recurso financeiro, essas alianças eram baseadas em trocas de drogas por armas, que eram enviados para diferentes frentes das FARC

no leste do país (LEONGÓMEZ, 2011).

O Bloco Sul era considerado uma das estruturas mais poderosas das FARC no nível militar e, acima de tudo, no financeiro. Além disso, fazia parte da linha mais ortodoxa do movimento, que fez um dos blocos mais disciplinados e rigorosos. Devido à sua localização, perto da fronteira com o Equador, esse bloco era um dos principais redutos de operação da insurgência no nível tático, funcionando como uma retaguarda estratégica e como uma espécie de operador logístico que organiza o comércio, suprimentos, alimentos e recursos militares que são trocados nas zonas fronteiriças por drogas ilícitas. Além disso, as transações aconteciam ao longo de um extenso corredor de mobilidade que ligava o sul ao sudoeste do país, no litoral do Oceano Pacífico, onde as frentes executam, entre outras, tarefas nos vários elos da cadeia ilícita de drogas (LEONGÓMEZ, 2011).

É importante ressaltar que algumas das frentes do Bloco Sul se especializaram em tarefas específicas dentro do tráfico de drogas, como plantar a folha de coca, produzir a pasta base, transportar, proteger os cultivos e rotas e a comercializar a droga com cartéis equatorianos e mexicanos. Em geral, a relação deste bloco com o tráfico de drogas era baseada no fortalecimento das relações com traficantes internacionais de drogas para levar cocaína pelo Equador até a América Central e do Norte (LEONGÓMEZ, 2011).

De acordo com dados oficiais, em 2013, as FARC exerciam influência direta sobre 46.196 hectares de cultivos de coca em 15 departamentos, ou seja, 96% dos cultivos ilícitos em todo o país. Isso gerava um lucro de aproximadamente 3.500 milhões de pesos por ano. Assim, este valor excedia em muito o custo estimado de manutenção de cerca de 9.000 combatentes, que era da ordem de US\$ 200 milhões por ano (LEONGÓMEZ, 2011).

Podemos observar que o tráfico de drogas representava um poderoso incentivo, particularmente para as frentes que eram diretamente envolvidas no negócio, para renunciar a qualquer possibilidade de reintegração à vida civil. Nesse sentido, a simbiose FARC e droga, ratificado à luz das evidências anteriores, era um grande obstáculo para alcançar um acordo de paz que terminaria definitivamente o conflito armado. Porém, essa análise não pode ser

considerada para os outros Blocos que tinham pouco ou nenhum envolvimento com o tráfico de drogas.

Em relação ao argumento das divisões internas, a declaração de cessar fogo unilateral declarada, entre novembro e dezembro de 2012, pelos insurgentes no marco do processo de paz, deve ser ressaltado que as ações da insurgência foram reduzidas em 80%. O governo reconheceu o cumprimento do compromisso assumido pela delegação das FARC, embora tenha afirmado haver exceções, referindo-se aos 57 atentados registrados durante a trégua em algumas áreas do país. Mas, segundo relatos, as infrações foram cometidas porque supostamente a ordem nunca chegou, do que se pode deduzir, por um lado, que de fato existem sérias dificuldades de comunicação dentro das insurgências, que incidentalmente isso afeta seriamente o comando e controle do secretariado em algumas unidades remotas, e, por outro lado, como essa ordem nunca chegou, é provável que nenhuma ordem tenha chegado às frentes isoladas por um longo período, confirmando o alto nível de dispersão e isolamento em algumas estruturas. Apesar disso, de Cuba e das selvas colombianas, os principais líderes do grupo negavam a existência de divisões e insistiam que existia unidade de comando e coesão total (LEONGÓMEZ, 2011).

As FARC diziam que a superação do problema do narcotráfico e das lavouras ilícitas dependia da adoção de políticas voltadas à legalização do consumo e do tratamento médico dos dependentes nos países consumidores de drogas e ao impulso de uma política agrária agressiva para buscar democratizar a terra e contemplar a melhoria da infraestrutura econômica e industrial para a população (LEONGÓMEZ, 2011).

Face ao exposto, as FARC argumentavam que o tráfico de drogas era responsabilidade direta do Estado e suas políticas neoliberais que excluía a população rural das dinâmicas de desenvolvimento, forçando-a a recorrer a práticas ilegais. Nesse contexto, a insurgência era apresentada como uma defensora e protetora das demandas dos camponeses, que afirmavam que sua relação com as drogas ilícitas era somente para satisfazer as suas necessidades através de cultivos ilícitos. Assim, a sua proposta era exigir financiamento do

governo nacional e dos governos de países que consomem drogas para programas de desenvolvimento alternativo, que forneçam aos agricultores os incentivos necessários para sobreviver sem a necessidade de plantar narcóticos. Esse discurso ganhou amplo apoio de agricultores, pois o tema deveria passar pelo reconhecimento dos agricultores, que eram a base social dos insurgentes e o eixo estrutural do narcotráfico (LEONGÓMEZ, 2011).

No entanto, esta posição contrastava com a abundante evidência que existia sobre as ligações diretas das FARC ao tráfico de drogas como meio de financiá-las. Em 2005, as FARC estavam com 65 das 110 unidades operacionais do grupo, envolvidos no cultivo e no negócio da coca em seus elos iniciais, embora existia indicações de sua suposta expansão para o refino e o transporte internacional. Além disso, existiam vários fatos que comprovavam as divisões internas, onde estruturas funcionavam de forma autônoma de acordo com seus interesses particulares. Mas isso não era reconhecido pelo Secretariado, pois tinham temor de deslegitimar o seu comando e a ideologia defendida pelo movimento (LEONGÓMEZ, 2011).

3.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

Neste capítulo podemos observar que, independentemente do que as FARC queriam mostrar e do pensamento dos líderes no secretariado em utilizar o crime a serviço da ideologia do movimento, a realidade era que existiam evidências suficientes de que alguns setores estavam cada vez mais próximos do tráfico de drogas e mais longe da plataforma ideológica que eles defenderam. Os problemas de comunicação, a pressão da força pública, as mudanças nas estratégias e a integração com o narcotráfico se uniram, tornando mais evidente a possibilidade de que em um possível acordo de paz, as FARC poderiam se fragmentar e surgirem novos pequenos grupos dedicados ao trabalho criminal mais do que defender uma ideologia.

Embora se diga que as FARC como um todo respeitariam e participariam de um

processo de paz, não há dúvida de que a soma desses fatores contribuiu para o gradual enfraquecimento do comando e o controle, que foi acentuado em alguns casos específicos. As grandes quantias de recursos financeiros que alguns blocos recebiam devido ao tráfico de drogas, suas localizações estratégicas para realizar essa atividade, as relações estreitas que eles tinham com organizações criminais, os problemas de comunicação e o distanciamento de seus comandantes com os chefes de bloco são razões suficientes para uma decomposição criminal e o primeiro, mas não o único, grande obstáculo à paz entre o governo e as FARC.

Após estudarmos a teoria de David Galula e depois termos feito uma análise das FARC, no próximo capítulo realizaremos um confronto entre o que a teoria explica e a realidade ocorrida com esse movimento insurgente.

4 A REALIDADE DAS FARC E A TEORIA DE GALULA

Nesse capítulo realizaremos um confronto da teoria de Galula e a realidade das FARC até o ano de 2014, verificando se houve aderência entre as duas situações. Dessa forma, iremos comparar as conclusões do teórico com os procedimentos das FARC e do governo colombiano. Sendo assim, abordaremos, a seguir, a relação da teoria das quatro leis e as fases das operações de contrainsurgência sugeridas por Galula com a realidade que existiu na Colômbia.

4.1 AS QUATRO LEIS DE GALULA X CONFLITO COM AS FARC

Analisaremos neste item, sob a visão da teoria de Galula, a relação entre as quatro leis com a realidade vivida pelas FARC e pelo governo colombiano.

Verificamos no capítulo 2 que é muito importante a obtenção do apoio da população para iniciar um movimento insurgente. Assim, é necessária uma boa justificativa, com uma ideologia muito forte. Além disso, é extremamente importante um ambiente propício, com dificuldades de condições de vida para o povo, para que o movimento insurgente consiga sucesso.

O início das FARC foi puramente ideológico, alinhada com a visão socialista da ex-URSS. Dessa forma, o povo rural, que era excluído e esquecido pelo governo colombiano, aderiu e deu total apoio à causa das FARC, a fim de tentar melhorar suas condições de vida. Esse apoio foi muito importante para o início e consolidação das FARC, comprovando que a realidade foi extremamente fiel à primeira lei da teoria de David Galula.

Galula dizia que a contrainsurgência precisa identificar a minoria ativa da população que é contrária ao movimento insurgente, a fim de tentar o apoio da maioria polução que é neutra. Dessa forma, seria possível neutralizar o apoio aos insurgentes. Porém, conforme vimos no capítulo 3, apesar de implementar várias políticas de combate às FARC,

não conseguiu identificar essa minoria porque não conseguiu convencê-la que ela teria segurança suficiente para ficar contra o movimento insurgente.

Porém, observamos que o governo colombiano, com a implantação do Plano Colômbia, não conseguiu eliminar totalmente o apoio da população, pois as operações não foram realizadas área por área, conforme previsto na teoria de Galula. Assim, permitiu que as FARC continuassem operando nas fronteiras do país. Esse fato não deu segurança para a minoria da população ativa contrária ao movimento aparecer e apoiar o governo.

Ou seja, as operações do governo não tiveram a intensidade necessária e não foram empregados todos os recursos necessários para combater as FARC, de acordo com os pensamentos do teórico analisado. Sendo assim, não houve o apoio da população, demonstrando que esse apoio é condicional, conforme previsto na terceira lei de Galula.

Analisando a realidade, observamos que o governo descumpriu as 3 últimas leis de David Galula e esse deve ter sido o principal motivo do insucesso final do Plano Colômbia, apesar de ter conseguido reduzir o poder de influência das FARC.

O movimento das FARC tinha apoio muito grande da população porque a mesma se identificava com os insurgentes, devido às suas causas ideológicas, que resumidamente pregava a melhoria das condições de vida do povo marginalizado e esquecido pelo governo. No início, as FARC tentaram não se envolver com o narcotráfico, inclusive proibiu que a população realizasse plantação de coca, mas depois o crime ficou a serviço da implantação da ideologia do movimento.

Logo depois, observou que precisava ser autossuficiente financeiramente e que também necessitava do apoio da população. Assim, concluiu que o narcotráfico seria o caminho para conseguir recursos financeiros. Além disso, a proibição da população de cultivar a folha da coca estava gerando insatisfação no povo, que também vislumbrava essa atividade para melhorar sua qualidade de vida. Dessa forma, as FARC foram aos poucos se envolvendo com o narcotráfico, mas sempre buscou não deixar que a atividade não se tornasse mais importante que a ideologia de conseguir o poder no país e melhorar a qualidade

de vida das pessoas que viviam na pobreza.

Apesar da obtenção recursos das FARC não ter tido um apoio externo para o seu movimento, conseguiram obter um financiamento por meio do narcotráfico, que na época da experiência profissional do teórico, ainda não era uma questão relevante. Dessa forma, observamos que a teoria de Galula não foi confirmada na realidade, pois não foi necessário um apoio externo. A seguir vamos analisar se o governo colombiano cumpriu as fases das operações, que foram sugeridas pelo teórico.

4.2 AS FASES DAS OPERAÇÕES X CONFLITO COM AS FARC

No final da década de 1990, o tráfico de drogas se tornou o principal motor financeiro para as FARC, que já estava envolvida em todos os elos do narcotráfico, como cultivo, transporte, etc. Assim, a implantação do Plano Colômbia, que teve apoio dos EUA, queria quebrar esse vínculo entre o movimento insurgente e as drogas, a fim de diminuir a influência das FARC dentro do país.

Embora o Plano Colômbia tenha reduzido consideravelmente os cultivos ilícitos e diminuído o poder de combate das FARC, permitiu o deslocamento dos insurgentes para áreas abandonadas pelo governo estatal. Nessas regiões, onde a população precisava do plantio da coca para viver, as FARC conseguiram se adaptar à nova dinâmica do conflito com governo e se fixaram, mantendo seus fortes vínculos com o narcotráfico, que era sua principal fonte de recursos financeiros para continuar com o seu plano ideológico de estabelecer uma nova forma de governar o país no futuro.

Analisando a teoria de Galula, no que tange às fases ou etapas que devem ser implementadas nas operações contra insurgentes, observamos que o governo seguiu parcialmente os conceitos, pois tentou destruir ou expulsar os insurgentes das regiões dominadas, posicionando tropas estáticas em algumas áreas. Porém, fica nítido que os governantes não tiveram a preocupação de evitar um padrão fixo desse posicionamento,

conforme orientava o teórico. Além disso, após conquistar as principais regiões dominadas, não executou o avanço das tropas para as áreas menores e menos importantes. Essa discordância com a teoria, permitiu que as FARC se fortalecessem com o narcotráfico e apoio do povo nessas regiões abandonadas.

É importante ressaltar que grande parte das fases citadas no capítulo 2 não foram observadas no Plano Colômbia. As forças militares não realizaram o contato e não controlaram adequadamente a mesma, principalmente nas regiões fronteiriças, área para onde as FARC recuaram. Além disso, não se preocuparam com a eliminação da última parcela da insurgência, que ainda sobreviveu com o suporte financeiro do negócio da coca em todos os elos.

4.3 CONCLUSÕES PARCIAIS

Ao compararmos a realidade com a teoria, verificamos que, em algumas características, a realidade foi de acordo com a teoria e, em outros aspectos, não. Assim, vimos que para conseguirmos uma resposta se o processo de criação e expansão das FARC, quanto ao aspecto de seu envolvimento com o narcotráfico, foi de acordo com a teoria de Galula, é importante analisar cuidadosamente suas características, pois o pensador registrou em seu livro que nem todos os aspectos citados iriam existir em todos os conflitos.

Cada movimento possui suas peculiaridades, e, no caso das FARC, percebemos a enorme importância que teve o seu envolvimento com o narcotráfico, pois permitiu captar recursos financeiros necessários, inexistentes com o apoio externo, para se manter no seu projeto ideológico ao longo de anos, se tornando autossuficiente. Além disso, o apoio da população local que também dependia do cultivo da coca para viver foi extremamente relevante para o movimento. Ainda temos que ressaltar o sistema de arrecadação de recursos usado pelas FARC, que se era muito inovador em relação aos outros movimentos insurgentes, no qual explorou todos os elos das atividades ilícitas do narcotráfico, para manter o seu

projeto de alcançar o poder.

Assim, diferentemente do que previa Galula, as FARC conseguiram obter uma autonomia financeira com o narcotráfico, não sendo dependente de um apoio externo. Porém, em outros aspectos das fases das operações de contrainsurgência e das 4 leis, o movimento insurgente possuiu características iguais aos previstos na teoria supramencionada, destacando-se o apoio da população.

Afinal, o envolvimento das FARC com o narcotráfico foi por motivos financeiros ou puramente ideológico? Para responder essa pergunta, chegaremos as conclusões pertinentes no próximo capítulo.

5 CONCLUSÃO

Para a realização desta pesquisa, tivemos como propósito responder a seguinte pergunta: o envolvimento das FARC com o narcotráfico foi por motivos financeiros ou ideológicos? E para responder esta questão, utilizamos a teoria de David Galula no que diz respeito à necessidade de apoio da população aos movimentos insurgentes, que muitas vezes permite o suporte necessário para que estes possam se desenvolver, manter-se no conflito e conquistar o poder. O autor é uma referência sobre o combate dos movimentos insurgentes, inclusive sendo responsável pela base da teoria de contrainsurgência dos EUA. Nessa pesquisa, investigamos a história das FARC, até o ano de 2014, a fim de que, por meio de um confronto entre a realidade e o que se baseia a teoria, conseguíssemos compreender os motivos do envolvimento da FARC com o narcotráfico.

Buscamos fazer um trabalho no qual tentamos, primeiramente, abordar os aspectos do combate contra a insurgência, com alguns conceitos e explicações sobre parcela da teoria de David Galula. Depois realizamos um detalhamento sobre o histórico das FARC até o ano de 2014, inclusive com um confronto entre a realidade estudada e a teoria selecionada, até chegarmos a esta conclusão.

No segundo capítulo, após falarmos sobre as experiências de David Galula durante sua vida, investigamos alguns aspectos sobre o combate aos movimentos insurgentes. Podemos ressaltar que é muito importante a neutralização da minoria ativa que apoia a insurgência porque ela pode fornecer os recursos necessários para os insurgentes se expandirem e se manterem no conflito por muitos anos contra o governo legal.

No terceiro capítulo, fizemos uma síntese do que ocorreu com as FARC, desde a sua criação até o ano de 2014, analisando como conseguiram se manter por tanto tempo. Observamos que foram iniciadas de forma acanhada, em que ficaram no interior da Colômbia e seu crescimento foi marginal e não se constituíam um verdadeiro perigo inicialmente, pois o apoio de recursos financeiros externos eram escassos. Assim, se valeram apenas do apoio

ideológico do partido comunista, que estava alinhado com o movimento comunista internacional, capitaneado pela ex-URSS e por Cuba. Vimos que essa falta de apoio fez com que o movimento tivesse a necessidade de se autossustentar desde seu início. Com isso, começaram alianças com o narcotráfico, a fim de captar recursos suficientes para sua expansão e também permitir que a população marginalizada tivesse uma atividade para a melhoria de sua qualidade de vida, por meio do cultivo ilícito da coca.

Ainda no capítulo três, verificamos que no início do movimento, as FARC proibiam a plantação da droga, mas isso estava gerando insatisfação da população local e poderia ocasionar a perda de apoio, que era muito importante para alcançar seus objetivos ideológicos. Assim, autorizou a participação do povo no narcotráfico, a fim de manter a minoria ativa da população apoiando e também obter recursos financeiros, ou seja, usaram o crime para sustentar a sua ideologia.

No terceiro capítulo também vimos que, a pesar de sua diminuição de poder, o governo não conseguiu eliminar totalmente as FARC e o narcotráfico com implementação do Plano Colômbia, pois permitiu que o movimento conseguisse se manter ativo em algumas regiões do país, inclusive aumentando sua participação no tráfico de drogas.

No quarto capítulo confrontamos o histórico das FARC, com a teoria de Galula e percebemos que o principal fator que garantiu sua expansão foi justamente a ausência do apoio financeiro, desde a sua criação. Vimos que isso fez com que as FARC se tornassem autossustentáveis para o financiamento do seu movimento, contrariando a teoria sobre a necessidade de apoio financeiro externo. Mas é importante ressaltar que Galula viveu em uma época que o tráfico de drogas não era relevante e não existia essa possibilidade para financiar os movimentos insurgentes. Essa ligação com o narcotráfico foi possível devido ao apoio da população que precisava cultivar coca e era protegida pelas FARC, que tinha o narcotráfico sua principal fonte de recursos para manter seu plano ideológico. Ou seja, concluímos que a questão do apoio da população ficou totalmente de acordo com a teoria de Galula.

Concluindo a presente pesquisa, observamos que a dependência financeira das

FARC no negócio de drogas ilícitas foi um dos seus principais centros de gravidade, pois foi o que permitiu sua expansão territorial e o aumento de sua capacidade militar. Assim, foi possível alcançar sucessos no âmbito militar, comprometendo a estabilidade do Estado. Além disso, o narcotráfico proporcionou que as FARC prolongassem sua permanência no conflito, adaptando-se às novas circunstâncias táticas e operacionais em um cenário adverso de desequilíbrios de forças contra o Estado, favorecido pelo Plano Colômbia e pela Política Democrática de Defesa e Segurança (PDSD).

Apesar do vínculo estreito que algumas frentes conseguiram desenvolver com o negócio da coca, elas não se criminalizaram formando dissidências sem o controle das FARC. Isso foi possível devido ao rígido aparato burocrático regido por códigos, normas e regras que são aplicadas de maneira eficaz pelo Secretariado, que é a mais alta autoridade da insurgência. Durante muito tempo, a decomposição criminal dessas estruturas também foi evitada pelo esquema de gerenciamento de recursos financeiro que foi centralizado no Secretariado.

Houve uma descentralização operacional e tática excessiva e maior liberdade para decisões, que foi permitida aos comandantes de frente, no campo militar e financeiro, como parte da nova estratégia para compensar o desequilíbrio de forças. Embora tenha permitido recuperar a iniciativa armada em algumas regiões, também levou a uma dispersão progressiva das unidades. Esse fato, somado aos problemas de comunicação e deslocamento devido à pressão exercida pela força pública, gerou sérios problemas no comando e controle. Isso resulta em isolamento, falhas na disciplina e no fortalecimento da relação com o narcotráfico em algumas regiões, inclusive agindo em prol de interesses financeiros próprios, comprometendo a ideologia defendida pelo Secretariado das FARC.

Historicamente, as FARC negaram o uso de drogas ilícitas como fonte de renda para a guerra e, ao invés disso, mantiveram posição de defesa e proteção dos camponeses. O movimento apoiava o cultivo de coca devido à ausência de garantias e benefícios por parte do Estado para o desenvolvimento de culturas lícitas que possam ser comercializadas em condições de mercado justas e igualitárias. Da mesma forma, para as FARC, o tráfico de

drogas é produto da dinâmica capitalista e as políticas antidrogas promovidas pelos EUA, baseadas em ações repressivas, nunca teriam êxito, pois eram uma desculpa para intervir e impor seus modelos políticos, econômicos e militares no país. Assim, suas propostas eram focadas na promoção de políticas de democratização da terra e programas de desenvolvimento alternativo.

Respondendo à questão se o envolvimento das FARC com o narcotráfico foi por motivos financeiros ou ideológicos? Podemos dizer que, apesar do envolvimento das FARC com o narcotráfico em busca de recursos financeiros, o comando do movimento se esforçou para não deixar a criminalização da insurgência e que os chefes dos blocos, frentes ou pequenos grupos se desviassem do propósito ideológico que estabeleceram desde o seu início, a fim de usar os recursos para o interesse próprio. Assim, podemos concluir que as FARC se envolveram com o tráfico de drogas devido às necessidades financeiras para se expandir e alcançar seus objetivos ideológicos de conseguir o poder do país, pois queria melhorar as condições de vida da população de algumas regiões esquecidas pelos governantes colombianos.

Dessa forma, com esta pesquisa, observamos o quanto é difícil neutralizar os movimentos insurgentes. Portanto, devido a essa dificuldade, a melhor estratégia é impedir que surja, evitando um cenário favorável a insurgência. Caso seja inevitável o seu surgimento, que o combate comece já nos momentos iniciais, principalmente evitando que eles consigam o apoio da população e coloquem o crime a serviço da ideologia, a fim de serem autônomos financeiramente.

Finalmente, caso a Marinha do Brasil tenha que contribuir para a neutralização de movimentos insurgentes, é melhor combater nos seus momentos embrionários ou atuar na origem das suas causas, a fim de que não se expandam o suficiente para ameaçar a autoridade do Estado e a estabilidade do povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

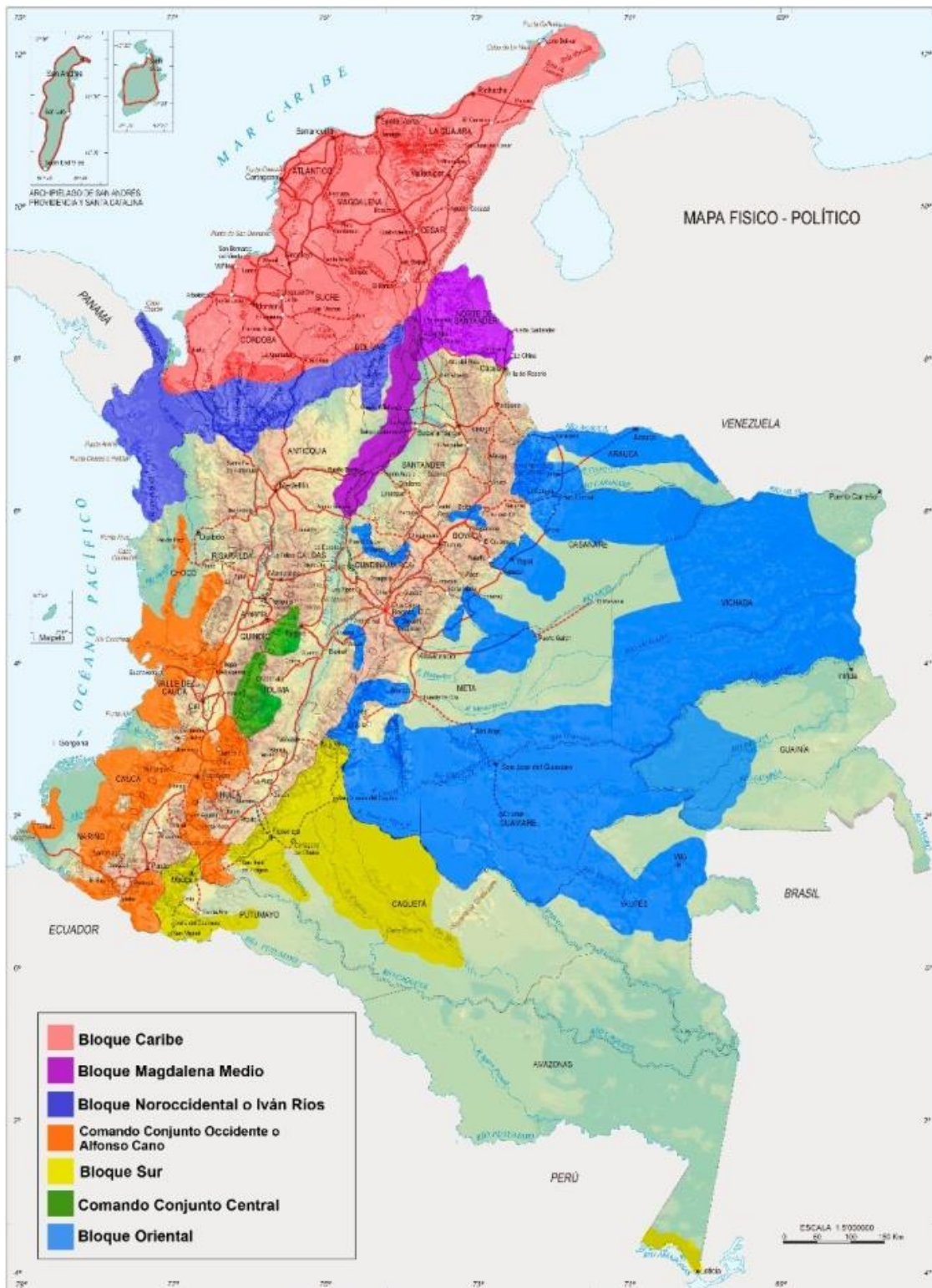
- ARENAS, Jacobo. **Cese el fuego: Una historia política de las FARC**. Editorial Oveja Negra, 1985. 172 p.
- BRASIL. Estado Maior da Armada. **EMA-305: Doutrina Militar Naval**. Brasília, 2017.
- CÁRDENAS, Jaime Cubides; REINA, Jonnathan Jiménez. **Desafíos para la Seguridad y Defensa Nacional de Colombia: Teoría y Praxis**. Bogotá: Escuela Superior de Guerra “General Rafael Reyes Prieto”, 2017. 620 p.
- CASTILLA, Camilo Echandía. **Situación actual de las FARC: un análisis en los cambios de las estrategias y la territorialidad (1990-2011)**. Disponível em: <<http://www.ideaspaz.org/publications/posts/78> >. Acesso em: 03 de jun. 2019.
- FRANÇA, Júnia L; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8. Ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p.
- GALULA, David. **Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice**. Frederick A. Praeger, Inc. Publisher. New York and London, 1964. 106 p.
- GAVIRIA, Alejandro; MEJÍA, Daniel. **Políticas antidrogas en Colombia: Éxitos, Fracazos y Extravíos**. Bogotá: Universidad de los Andes, 2011. 458 p.
- LEONGÓMEZ, Eduardo Pizarro. **Las Farc (1949-2011): de guerrilla campesina a máquina de guerra**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2011. 356 p.
- MARLOWE, Ann. **David Galula: His Life and Intellectual Context**. US Army War College. Strategic Studies Institute. Carlisle, 2011. 73 p.
- MUSTO, David F. **La enfermedad americana: orígenes del control antinarcóticos en EU**. Santafe de Bogota: Tercer Mundo, 1993. 377 p.
- PÉCAUT, Daniel. **As FARC – Uma guerrilha sem fins?** Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Paz e Terra, 2010. 158 p. Título original: Les FARC, Une guérilla sans fins?
- PULIDO, Luis Alberto Villamarín. **FARC: Terrorismo na América do Sul**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009. 307 p.

ANEXO A – MAPA DA COLÔMBIA COM DEPARTAMENTOS



Fonte: <https://pt.maps-colombia.com/mapa-político-da-colômbia>. Acesso em 15 Jul. 2019.

ANEXO B – LOCALIZAÇÃO DOS BLOCOS DAS FARC EM 2013



Fonte: <http://www.seguridadinternacional.es/?q=es/content/an%C3%A1lisis-de-la-inmigraci%C3%B3n-de-colombianos-al-ecuador-e-implicaciones>. Acesso em 15 Jul. 2019.